



Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2015: nós conseguimos?

Visão geral

O Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2015 revisa o quanto o movimento de Educação para Todos (EPT) contribuiu para garantir que todas as crianças, jovens e adultos possam usufruir de seu direito a uma educação que atenda a suas necessidades básicas de aprendizagem. O Relatório fornece uma avaliação global definitiva do progresso geral rumo aos seis objetivos de EPT estabelecidos em Dakar, no Senegal, em 2000, com particular atenção às lacunas entre os que foram beneficiados e os que não foram. A avaliação oferece lições para as estratégias e os objetivos educacionais pós-2015.

São avaliados os indícios da aceleração do progresso na educação desde 2000 e atenção especial é dada aos fatores que podem ter influenciado os países a alcançar ou não as metas; avalia, ainda, o quanto o progresso foi distribuído em termos de gênero, renda, grupo étnico, *status* migratório, se as pessoas viviam em zonas rurais ou urbanas, se eram ou não portadoras de alguma deficiência e outras fontes potenciais de iniquidades. Essa avaliação considera fatores inerentes ao próprio setor educacional, bem como fatores externos à educação que tenham atrasado o progresso rumo aos objetivos de EPT, tais como trabalho infantil, casamentos precoces, desastres naturais e conflitos.

O Relatório também analisa o *status* das políticas nacionais de educação à época do Fórum Mundial de Educação em Dakar, em 2000, identifica o desenvolvimento de políticas-chave em respeito aos seis objetivos de EPT desde então e avalia o que causou essas mudanças. Além disso, avalia o papel do processo de EPT, inclusive de seu componente de monitoramento, para comunicar boas práticas e, assim, influenciar o debate de políticas, assim como, ao final, os resultados educacionais.

Elaborado com base em experiências que se acumulam desde 2000, o Relatório avalia como o atual ambiente político pode influenciar o desenvolvimento de uma agenda educacional mais ambiciosa após 2015, com atenção particular a inovações nas políticas que poderiam ajudar a acelerar o progresso rumo a um novo conjunto de objetivos. A análise leva em consideração novas oportunidades e novos desafios enfrentados pelos formuladores de políticas, como o ritmo rápido de mudanças das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a preocupação crescente com a sustentabilidade ambiental, que estão transformando o cenário da educação.

Ao levar em consideração o papel dos governos, das instituições internacionais de desenvolvimento, das famílias e do setor privado, o Relatório analisa os recursos financeiros disponíveis à educação. Uma lição clara dos últimos 15 anos é que precisamos de uma estrutura melhor para financiar o progresso rumo aos objetivos internacionais de educação. Os Estados que assinaram o Marco de Ação de Dakar prometeram que nenhum país seriamente comprometido com a EPT seria deixado para trás por falta de recursos, mas não conseguiram identificar o quanto deveria ser comprometido aos diferentes níveis educacionais por parte de famílias, governos, doadores e setor privado.

Também é analisado como esse problema pode ser reconhecido e tratado com a inclusão de compromissos financeiros concretos nos objetivos educacionais pós-2015. Outros pontos tratados abordam como usar os recursos existentes de forma mais eficiente, como identificar novas fontes de financiamento e como garantir que os recursos sejam utilizados de forma a oferecer aos grupos desfavorecidos uma chance justa de educar suas crianças.

O movimento de EPT se comprometeu seriamente a continuar o monitoramento do progresso da educação global. No entanto, até agora não tem havido clareza suficiente com relação às metas e aos indicadores relacionados a alguns dos objetivos estabelecidos em 2000. Para oferecer informações ao Fórum Mundial de Educação em Seul, na Coreia do Sul, em maio de 2015, o Relatório identifica ferramentas para acompanhar o progresso em diferentes níveis de educação e estágios da vida que sejam relevantes para um marco de educação global pós-2015.

Pontos principais do Relatório

O Relatório faz uma avaliação do progresso dos seis objetivos de EPT em âmbito regional, nacional e global, bem como uma projeção dos resultados esperados em 2015. Essa avaliação estabelece se os objetivos foram alcançados e, caso não tenham sido, se o progresso foi mais rápido desde 2000. O cenário da educação evoluiu em diversos aspectos nos últimos 15 anos. Assim, o Relatório associa também o progresso alcançado a essas mudanças:

- com uma revisita à mentalidade das políticas à época da Conferência Mundial de Educação em Dakar;
- com a identificação das principais mudanças ocorridas nas políticas e nos programas educacionais com relação aos seis objetivos de EPT, bem como dos motivos que motivaram essas mudanças, incluindo o papel do movimento de EPT;
- com uma avaliação de até que ponto tais políticas e programas foram bem-sucedidos diante dos desafios; e
- com a análise de como esse novo ambiente de políticas pode influenciar a conquista de uma agenda educacional mais ambiciosa pós-2015.

O Relatório faz, ainda, uma análise especial das ferramentas de monitoramento necessárias para apoiar o desenvolvimento de um consenso sobre o quadro educacional global pós-2015.

Objetivo 1. Educação e cuidados na primeira infância

O progresso verificado desde 2000 na expansão da oferta de educação e cuidados na primeira infância foi considerável, mas muito ainda precisa ser feito para alcançar os mais vulneráveis e desfavorecidos.

A crescente ênfase em programas de educação e cuidados na primeira infância deve muito ao reconhecimento, cada vez maior, da importância dessa fase do desenvolvimento, resultado de informações atuais sobre a eficácia dessas iniciativas. Isso levou muitos formuladores de políticas a perceber essas intervenções precoces, não apenas em termos de cumprimento de direitos humanos fundamentais, mas também porque representam bom valor econômico.

Programas de cuidados na primeira infância são essenciais uma vez que saúde precária, nutrição inadequada e insuficiência de estímulos têm consequências enormes no desenvolvimento das crianças e na sua habilidade de aprendizagem. O Relatório identifica como a disponibilidade de informações sobre esses programas levou a maior foco nas políticas. De maneira similar, programas de educação pré-primária foram relacionados não apenas ao preparo para a escola e a melhores resultados de aprendizagem, mesmo nos anos

iniciais, mas também a conquistas educacionais gerais mais amplas. Evidências apontam para a relação desse contexto com resultados socioeconômicos positivos na vida adulta.

A maioria desses dados salienta que os programas para a primeira infância são particularmente importantes para os mais vulneráveis, pois eles compensam suas desvantagens. O Relatório mostra como esses dados foram utilizados para o desenvolvimento de serviços integrados de saúde e educação para a primeira infância, com foco especial em programas para as crianças mais pobres, de modo a produzir resultados mais eficientes.

Da mesma forma, houve uma mudança de foco: passa-se de inscrever as crianças pequenas em qualquer programa educacional voltado à primeira infância para o cuidado de garantir uma oferta de alta qualidade. Governos em países de renda baixa e média tentaram aumentar os padrões e, assim, a qualificação de profissionais da educação infantil e dos educadores para esse nível; com isso, buscou-se enfrentar problemas relacionados ao baixo *status* e à falta de uma carreira estabelecida a esses profissionais.

No entanto, o Relatório também aponta que o nível de oferta e supervisão públicas continua mais baixo para a educação pré-primária do que para a primária. Consequentemente, os que mais necessitam desse serviço não são alcançados e a equidade é comprometida. O Relatório revisa o papel do governo na oferta e no financiamento, assim como no estabelecimento do currículo, de padrões e de mecanismos para a garantia da qualidade.

O papel forte que o setor privado continua a ter na oferta impede o acesso das crianças mais pobres à pré-escola. São analisadas as tentativas feitas e o que funcionou em termos de transferências sociais de renda e outros programas de incentivo para aumentar a participação na educação e cuidados na primeira infância, a exemplo do que aconteceu na educação básica.

Objetivo 2. Educação primária universal

O progresso rumo à educação primária universal foi rápido após 2000, mas estagnou desde 2008. Isso é amparado no Relatório por uma revisão de indicadores de acesso, matrícula, admissão tardia, repetição e conclusão de ciclos educacionais.

A eliminação de mensalidades escolares teve um impacto geral forte nas matrículas em educação primária em países onde as matrículas iniciais eram baixas. Apresenta-se no Relatório como as leis e as políticas que apoiam a educação primária gratuita e compulsória evoluíram desde 2000, que fatores influenciaram os países a adotar tais políticas e quais desafios eles enfrentaram.

Na esteira da abolição das taxas escolares, os governos de países de renda baixa e média procuraram meios de compensar a perda de rendimentos provenientes dessas taxas para sustentar a qualidade da educação e evitar que os custos fossem repassados indiretamente às famílias. O Relatório mostra, ainda, a evolução dos programas de bolsas escolares, as prioridades de tais programas e o quanto eles beneficiaram as crianças mais necessitadas.

Mesmo com a abolição das taxas, os mais pobres ainda são mais suscetíveis a não frequentar a escola. Um dos principais desenvolvimentos da política dos últimos anos tem sido a expansão de programas de educação e de proteção social feitos para reduzir os custos diretos e indiretos da escolarização e aumentar a demanda familiar. Nesse contexto, incluem-se transferências de renda, abolição da obrigatoriedade do uniforme escolar e oferta de merenda. O Relatório se propõe a quantificar a contribuição líquida de tais programas e a avaliar seu sucesso comparativo em priorizar as crianças mais desfavorecidas e trazê-las para a escola.

Do ponto de vista da oferta, várias políticas e programas foram implementados desde 2000 para melhorar o acesso de grupos marginalizados, inclusive obras de infraestrutura, bem como escolas-satélites ou comunitárias para diminuir a distância percorrida e oferecer uma escolarização que seja relevante ao contexto local. O Relatório mostra como esses esforços tornaram as escolas mais acessíveis a populações mais carentes.

Com o número de crianças fora da escola ainda alto, os governos perceberam que, para que possam cumprir sua promessa, são necessárias estratégias diferentes para incluir crianças de grupos com menor visibilidade. É apresentada a evolução das políticas e dos programas específicos para alcançar comunidades nômades e móveis, crianças vivendo em favelas urbanas, crianças migrantes, crianças portadoras de deficiências, crianças que trabalham e aquelas afetadas por HIV/Aids que não contam com o apoio de um adulto responsável.

Metade da população de crianças fora da escola vive em países afetados por conflitos. O Relatório analisa como as respostas às suas necessidades evoluíram, incluindo a construção de sistemas educacionais pós-conflito e a oferta educacional para crianças refugiadas e as que foram deslocadas internamente. Analisará, também, como as políticas e as estratégias correlatas evoluíram para oferecer respostas ao acesso à educação no contexto de desastres naturais e como isso difere das situações de conflito.

Em muitos contextos desafiadores, a redução dos custos das tecnologias da informação e da comunicação renovou o interesse pela educação a distância como meio de alcançar comunidades em que a oferta educacional é baixa. Porém, é o surgimento rápido de novas tecnologias que traz oportunidades não previstas em 2000. O Relatório examina a inovação no uso de telefones celulares e outros aparelhos portáteis para transformar o acesso à educação nos países mais pobres. São revisados dados sobre casos de sucesso e desafios, bem como o potencial de tais intervenções após 2015.

Objetivo 3. Habilidades para jovens e adultos

O progresso na aquisição de habilidades para jovens e adultos foi mais difícil de monitorar, em parte devido à falta de consenso sobre a definição das necessidades de aprendizagem e das habilidades, a questões sobre quais indicadores utilizar e em função da falta de ferramentas de monitoramento apropriadas. No entanto, houve desdobramentos importantes desde 2000 em todas as habilidades apresentadas no Relatório de 2012: básicas, transferíveis, técnicas e profissionais.

Habilidades básicas, como alfabetização e habilidades em matemática (*numeracy*), podem ser adquiridas por meio da educação secundária geral, bem como por meio de programas não formais e de segunda chance de educação que apoiam o retorno à escola daqueles que a abandonaram ainda crianças.

O Relatório revisa o progresso na educação secundária e examina as diferenças na transição da educação primária para a secundária em termos de gênero, localização, renda, *status* migratório e etnicidade. São analisados também os motivos pelos quais o número de adolescentes fora da escola diminuiu menos do que o número de crianças fora da escola.

A eliminação de taxas escolares tem impacto enorme no nível primário. É necessário avaliar a possibilidade e a adequação de tal política para se alcançar a universalidade do primeiro nível da educação secundária. O Relatório mostra como as leis e as políticas evoluíram, desde 2000, para apoiar uma educação secundária gratuita e obrigatória, os fatores que influenciaram os países a adotar tais políticas, bem como os desafios que enfrentam, principalmente para

garantir o acesso equitativo à educação secundária. Também avalia estratégias alternativas voltadas a expandir a educação secundária aos mais marginalizados.

Entre os fatores que podem ter contribuído para o atraso na transição para a educação secundária, dois deles são analisados em detalhe. O primeiro são as crianças e os jovens que trabalham ou não conseguem continuar na escola ou, caso continuem, têm tempo e energia limitados. O Relatório mostra tendências na distribuição do tempo dos alunos entre trabalho (doméstico ou externo) e escola, assim como quaisquer efeitos disso sobre os resultados de aprendizagem, utilizando avaliações de aprendizagem internacionais e regionais. O segundo fator é a migração interna e internacional, que muitas vezes põe em risco as oportunidades educacionais de algumas crianças. O Relatório acompanha os efeitos do *status* migratório com relação à probabilidade de aquisição das habilidades básicas.

Para as crianças e os jovens que tiveram de abandonar a escola prematuramente, é fundamental o oferecimento de programas não formais, de segunda chance e de retorno à educação formal, para que eles não percam a oportunidade de adquirir habilidades básicas. O Relatório analisa como esses programas evoluíram nos últimos anos para oferecer respostas a esses desafios.

Habilidades transferíveis, sejam elas analíticas, criativas ou comunicativas, têm sido cada vez mais reconhecidas nos últimos anos. O Relatório usa a inspiração de recentes tentativas inovadoras para medir tais habilidades de maneira direta, especialmente o caso das habilidades para a resolução de problemas, que foram avaliadas pelo Programa para Avaliação Internacional das Competências dos Adultos¹ (PIAAC) e a pesquisa sobre habilidades de adultos realizada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ademais, é analisado como as habilidades são distribuídas por fatores como gênero e antecedentes socioeconômicos. Também se discute a possibilidade de usar abordagens diretas para medir as habilidades transferíveis, além de mostrar o progresso na aquisição de outras habilidades, como as relacionadas às TIC e à conscientização ambiental e cidadã, que aumentaram em importância em um mundo que se transforma rapidamente.

O Relatório examina se as irregularidades na distribuição de habilidades entre os adultos pioram ao longo da vida. As pessoas que apresentam melhores habilidades após a educação formal são também as que mais se beneficiam das oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. São revisadas no Relatório as implicações para a estrutura dos programas de educação de adultos e como eles podem se tornar uma ferramenta para reduzir a desigualdade.

Por fim, nos últimos 15 anos, a demanda por habilidades técnicas e profissionais se transformou de maneira alinhada às mudanças no mercado de trabalho. No entanto, nem todos os países conseguiram ajustar sua abordagem para o desenvolvimento de habilidades voltadas às exigências de um mercado em constante mudança. Em contraponto, são apresentados também os fatores que influenciaram respostas políticas bem-sucedidas.

Objetivo 4. Alfabetização de adultos

Tem sido lento o progresso para diminuir pela metade o analfabetismo, com ênfase especial nas mulheres. Estima-se que apenas alguns países alcançarão esse objetivo até 2015.

Desde 2000, as habilidades em leitura e escrita (*literacy*) foram muito mais medidas, avaliadas e relatadas de maneiras novas e diretas. O Relatório documenta essa evolução. Por exemplo, como essas abordagens questionaram a suposição de que quatro anos de escolarização

¹ *Programme for the International Assessments of Adult Competencies.*

levariam à alfabetização; identificaram que as pessoas têm muitas escalas e níveis de alfabetização; e mostraram como agora é possível observar – em recortes como localização, língua e *status* socioeconômico – a distribuição das habilidades em leitura e escrita (*literacy*) entre a população.

Uma comparação entre os países com o maior número de adultos analfabetos, que tenham alcançado diferentes níveis de progresso desde 2000, é usada como base para a obtenção de lições gerais. Até que ponto os diferentes índices de acesso à educação respondem pela diferença nos respectivos índices de alfabetização? Qual foi a contribuição dos programas de alfabetização de adultos para acelerar a erradicação do analfabetismo? As taxas de alfabetização também respondem às novas demandas das habilidades em leitura e escrita (*literacy*) dos empregadores e do mercado de trabalho?

Um motivo de preocupação é que a ênfase em programas de alfabetização de adultos dos governos em países de renda baixa e média pode ter se enfraquecido desde 2000. O Relatório traz uma visão retrospectiva das políticas globais de alfabetização de adultos desde 2000, bem como uma projeção para o pós-2015, incluindo um prognóstico sobre o nível de apoio institucional provável de haver no futuro.

Ser falante de uma minoria linguística é um aspecto associado ao analfabetismo de adultos. O Relatório apresenta os dados disponíveis sobre as taxas de alfabetização dentro de grupos linguísticos específicos, e discute a evolução de políticas e programas no uso de língua materna e de línguas oficiais, respectivamente, na educação básica e nos programas de alfabetização de adultos.

Assim como em outras áreas da EPT, o avanço tecnológico ocorrido desde 2000 oferece novas janelas de oportunidade para combater o analfabetismo. Nesse sentido, são revisadas as tecnologias adotadas em programas de alfabetização, sua eficiência em alcançar populações específicas e os desafios que precisam ser superados para que populações deixadas para trás se beneficiem.

Por fim, o Relatório apresenta uma avaliação do progresso para o monitoramento do analfabetismo. Até que ponto as avaliações que oferecem mais nuances sobre as habilidades em leitura e escrita (*literacy*) podem ser aplicadas extensivamente? As implicações da utilização de avaliações diretas de alfabetização baseadas em pesquisas domésticas também serão examinadas em termos de projeções para que se alcance a alfabetização universal entre os jovens em países de renda baixa e média.

Objetivo 5. Paridade e igualdade de gênero

Foi feito progresso considerável em termos de paridade de gênero na educação. Mas o Relatório demonstra que médias escondem desigualdades consideráveis, principalmente às custas das meninas. Apenas pouco mais de um quinto dos países de baixa renda alcançaram a paridade. As meninas mais pobres continuam a ter as piores chances na educação.

Empregaram-se esforços sólidos de promoção e programas de mobilização comunitária com foco na mudança de atitudes e na construção de uma corrente de apoio para a educação de meninas. O Relatório analisa as formas como foram realizadas essas campanhas, como elas conseguiram apoio, se continuaram com a mesma força ao longo do tempo e se conseguiram alcançar os resultados esperados.

Promover saúde das meninas na escola também tem sido uma maneira de aumentar a demanda familiar por educação de meninas, assim como aumentar a presença e a

permanência delas na escola. O Relatório analisa as intervenções que tratam de questões sobre melhoria de água, saneamento e higiene para promover um ambiente escolar mais equitativo, o nível de apoio local para tais iniciativas, assim como a extensão do sucesso de seus objetivos.

Intervenções bem-sucedidas para superar desvantagens de gênero precisam ir além do setor educacional. O Relatório analisa como se deu a evolução dos marcos políticos para apoiar a ação integrada em diversos níveis, já que continuam a ser sociais e culturais os inúmeros obstáculos que afastam meninas e mulheres jovens de seu direito à educação. Por exemplo, casamentos precoces afetam as oportunidades educacionais de meninas. Também se mostra a evolução das leis e dos programas de políticas sociais para inibir tais práticas, empoderar meninas e incentivá-las a permanecer na escola, além de políticas e programas que tentaram trazer as meninas de volta à escola após casamento ou gravidez.

A paridade de gênero é apenas o primeiro passo para alcançar a total igualdade de gênero na educação. Para serem bem-sucedidos, os governos precisam, muitas vezes, superar a resistência da sociedade e atitudes arraigadas nas comunidades e nas escolas. Serão analisadas as abordagens que os governos adotaram para conseguir esses avanços. Outro ponto analisado é a identificação do progresso no conteúdo dos currículos e dos materiais didáticos ao longo do tempo, tanto em termos de desconstruir estereótipos de gênero quanto de empoderar meninas e promover a equidade de gênero na escola e para além dela, inclusive mudando a atitude de meninos e homens em relação às oportunidades das meninas.

Aumentar o número de professoras tem sido uma opção de política popular para apoiar as meninas na sala de aula, mas tanto professores quanto professoras precisam ter consciência de como suas atitudes e práticas afetam a participação e os resultados de aprendizagem tanto de meninos quanto de meninas. Dados sobre práticas em sala de aula são revisados no Relatório sob a ótica da evolução do conteúdo de conscientização de gênero em programas de qualificação de professores e diretores escolares.

Assédio e violência por razões de gênero nas escolas tornaram-se, desde 2000, questões globais cada vez mais visíveis, identificadas como fatores que comprometem a qualidade do ambiente educacional, perpetuam a discriminação e atrasam o progresso rumo à igualdade. O Relatório mostra como a conscientização a respeito do problema evoluiu e como programas bem-sucedidos combateram vários aspectos inter-relacionados da violência, como punição corporal, *bullying* ou riscos no percurso até a escola.

Se os maiores obstáculos referem-se às meninas, as desvantagens de meninos também precisam de atenção em algumas partes do mundo, principalmente na educação secundária, nível em que os meninos abandonam a escola para trabalhar. O Relatório considera se existe algum consenso emergente sobre como enfrentar esse problema.

Objetivo 6. Qualidade da educação

A necessidade de garantir que as crianças de fato aprendam como resultado de sua experiência educacional foi enfatizada tanto em Jomtien, em 1990, quanto em Dakar, em 2000. No entanto, com a expansão do acesso surgiram novos desafios para garantir que o número maior de alunos frequentando a escola receba uma educação de qualidade.

O aumento das avaliações de aprendizagem de larga escala desde 2000 reflete maior atenção em se medir os resultados do sistema educacional. A maior disponibilidade de dados permitiu

melhor compreensão da gravidade da crise da aprendizagem e das disparidades gritantes no alcance dos padrões de aprendizagem mais básicos, tanto internamente como entre países. Com base em avaliações de aprendizagem nacionais, regionais e internacionais, o Relatório analisará a relação entre o desempenho dos alunos na escola e as desvantagens resultantes de seus antecedentes familiares e comunitários.

É vital que essas avaliações sejam usadas com o propósito de melhorar a aprendizagem, inclusive fornecendo informações para reformas políticas. Para isso, elas precisam ser complementadas por sistemas nacionais de avaliação com essa finalidade. O Relatório destaca casos em que as informações das avaliações nacionais ajudaram a moldar novas políticas, principalmente para enfrentar a marginalização educacional. Isso também inclui avaliações das séries iniciais, que despertaram interesse por apresentar níveis muito baixos de aprendizado em alguns dos países mais pobres, e foram usadas para identificar reformas necessárias em sala de aula.

É comum que se ouça que a expansão educacional que ocorre desde 2000 em países mais pobres levou a uma educação de pior qualidade. No entanto, apesar de um número grande de crianças não estar aprendendo o básico, alguns países têm conseguido atrair mais crianças para a escola e, ao mesmo tempo, garantir que elas aprendam uma vez que estejam lá. Novas análises apresentadas utilizam dados das avaliações ao longo do tempo para entender quais reformas e programas foram adotados para combinar maior acesso à escola com melhores resultados de aprendizagem e menor desigualdade.

Os professores são a chave para resolver a crise da aprendizagem. Os governos precisam garantir que haja professores suficientes, que eles sejam apropriadamente qualificados e motivados, e que estejam disponíveis em áreas desfavorecidas para evitar que aumente a desigualdade nos resultados da educação. É analisado o quanto as estruturas políticas evoluíram nessas áreas para garantir que os melhores professores apoiem os que mais precisam deles.

Desde 2000, tem havido apelos fortes para reformas na governança da educação, de maneira a substituir o controle centralizado pela autoridade descentralizada e pela tomada de decisões participativa. O objetivo, com essa medida, é responsabilizar as escolas por seu desempenho. Assim, são revisadas no Relatório as condições sob as quais tais mecanismos de responsabilização foram eficientes para melhorar a qualidade da educação.

Essa mudança rumo à descentralização deve ser acompanhada de orientação e apoio suficientes para que escolas tenham informações sobre como implementar novas abordagens e melhorar a aprendizagem. Com recursos financeiros e humanos limitados, poucos países em desenvolvimento fornecem serviços de supervisão que são capazes de atender a essa tarefa. O Relatório revisa como os sistemas de apoio e supervisão das escolas evoluíram ao longo da última década e como eles podem ser usados para fomentar abordagens mais cooperativas, destinadas a melhorar o desempenho escolar e a reduzir a iniquidade.

Monitorar os processos de ensino e aprendizagem na sala de aula, inclusive por meio do uso de avaliações, é fundamental para gerar políticas em prol da qualidade. Informações sobre como os professores usam seu tempo de aula, interagem com os alunos ou usam materiais didático-pedagógicos precisam chegar até às autoridades educacionais para alimentar políticas sobre o gerenciamento de professores, assim como a qualificação de professores, o desenvolvimento de materiais e a liderança escolar. São apresentados no Relatório exemplos em que formuladores de políticas usaram tais informações para melhorar os ambientes de aprendizagem para os mais desfavorecidos. Também se examina a evolução das abordagens

para currículos inovadores e inclusivos, sob a ótica de melhorar os resultados da aprendizagem.

Deposita-se muita esperança na promessa de novas tecnologias móveis a preços acessíveis para ajudar os alunos mais desfavorecidos ou aqueles com baixo desempenho escolar. O Relatório documenta as mudanças rápidas nas opções disponíveis e dedica atenção especial às condições sob as quais essas mudanças podem alcançar os que mais necessitam delas.

Financiamento

Com o Marco de Ação de Dakar, esperava-se que todos os países desenvolvessem ou fortalecessem os planos nacionais de educação que priorizassem os objetivos de EPT em seus orçamentos. Se, por um lado, o Marco de EPT estipulava que nenhum país seria deixado para trás devido à falta de financiamento, por outro não foram estipulados compromissos firmes. Apesar de melhoras, nem o financiamento nacional nem a ajuda externa foram suficientes para garantir que os seis objetivos fossem alcançados – e agora há indícios de que a ajuda à educação está em declínio.

O Relatório calcula o custo de uma provável nova agenda de educação pós-2015, com foco em garantir que ninguém seja deixado para trás, e que haja expansão da cobertura a todos os países de renda baixa e média baixa. As estimativas levam em consideração o quanto governos e doadores gastam atualmente com educação, tanto em relação ao PIB quanto ao orçamento, e quais lacunas de financiamento ainda permanecem. Essa informação poderá ajudar no estabelecimento de possíveis metas de financiamento para alcançar os objetivos educacionais após 2015. O Relatório também faz uma avaliação de como a lacuna do financiamento pode ser superada por meio de fontes alternativas.

No caso de financiamento doméstico, é avaliado se os governos aumentaram o gasto real por aluno desde 2000 no contexto do rápido aumento da oferta de vagas em alguns dos países mais pobres. Além disso, é mostrada a evolução dos gastos por nível e, dentro de cada nível, por tipo, bem como se tais gastos foram equitativos e se os governos introduziram medidas para alcançar as populações que mais precisam de apoio.

Desde 2000, cresceu o foco sobre governos de países mais pobres para que aumentem as receitas que trarão mais recursos para a educação. O Relatório revisa uma série de iniciativas que vão desde maior controle sobre fluxos ilícitos até o uso mais prudente de isenções ou outros incentivos fiscais, passando pelo gerenciamento transparente dos rendimentos provenientes de recursos naturais e pela avaliação de como eles podem beneficiar a educação.

A qualidade do processo de decisão sobre investimentos na educação depende da força dos mecanismos de preparação do orçamento. É avaliado no Relatório o quanto o processo de orçamento foi fortalecido ao longo da última década em termos de respostas às necessidades educacionais dos marginalizados e de ser transparente e confiável, de modo a ajudar os países a melhorar a alocação dos recursos públicos para educação.

Na última década, não foi dada atenção necessária à análise da alta parcela dos custos totais da educação financiada por famílias (mesmo no contexto da abolição oficial de taxas escolares), e as graves consequências que essa situação traz na perpetuação da desigualdade de oportunidades, impossibilitando que se alcancem os objetivos de EPT. O Relatório estima se as famílias estão substituindo os baixos níveis de despesas com educação dos governos e como essa situação pode ser enfrentada. A tentativa é de mostrar se a redução das taxas escolares ajudou a transferir a distribuição dos gastos com educação das famílias para os governos.

A ajuda internacional continua a ser crucial para ajudar os países de baixa renda a fazer progressos rumo à EPT. O Relatório identifica países que se beneficiaram dessa ajuda para fazer progressos na obtenção dos objetivos de EPT. No entanto, depois de vários anos de níveis elevados de ajuda, a crise financeira impôs barreiras ao progresso dos doadores em manter suas promessas. Muitos governos têm diminuído o número de beneficiários que ajudarão no futuro e deixam a educação para trás. O Relatório apresenta os dados mais recentes sobre as tendências da ajuda internacional, além de uma análise crítica sobre que parte dessa ajuda chega aos países que dela necessitam.

Os últimos 15 anos têm sido caracterizados por apelos crescentes de eficiência da ajuda internacional. O Relatório considera tendências nas formas como os doadores usam mecanismos bilaterais ou multilaterais para canalizar sua ajuda aos países beneficiários. Também mostra se, de fato, eles têm coordenado e focado sua ajuda uns com os outros para maximizar o impacto. Além disso, apresenta indicadores padrão para maior eficiência da ajuda, bem como estudos de caso que demonstram que a ajuda internacional eficaz contribuiu com a aceleração do progresso.

Esta seção do Relatório também avalia tendências da ajuda humanitária para o setor educacional ao longo da última década, bem como essas mudanças apoiam os países de maneira desigual em diferentes situações de emergência – por exemplo, comparando os que estão em situação de conflito há muito tempo com os que enfrentam impactos de desastres naturais. Dessa maneira, essa avaliação tem por base casos em que os países beneficiários foram objeto de ajuda humanitária consolidada por vários anos para observar como isso afetou sua atenção à educação ao longo do tempo.

O declínio recente no volume da ajuda dos doadores do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC²) da OCDE contrasta com o panorama dos doadores que não pertencem ao DAC, particularmente o Brasil, a Rússia, a Índia e a China (quatro países do grupo BRICS), cujas economias devem ultrapassar aquelas dos doadores tradicionais do DAC até 2020. O Relatório mostra quanta ajuda à educação é fornecida por esses países, como eles abordam a ajuda, assim como quais são os canais e as modalidades que eles utilizam. Além disso, a análise considera suas ajudas sob a perspectiva dos países beneficiados selecionados. Além desses quatro países do grupo BRICS, o Relatório avalia a contribuição de Estados Árabes ricos em petróleo no apoio à educação em países mais pobres, tanto em termos de quantidade quanto de tipo de apoio oferecido.

As organizações não governamentais (ONG) se beneficiaram do apoio de algumas agências doadoras, que as consideraram parceiros eficientes para alcançar os marginalizados. Nessa área, são avaliadas as tendências dessas doações e como isso se compara a contribuições individuais privadas. Busca-se avaliar as implicações dessas fontes diferentes de financiamento e das mudanças ao longo do tempo para o tipo de atividades educacionais que as ONG realizaram nos últimos 15 anos em termos de *advocacy* e de atividades de entrega de serviços.

Um desenvolvimento importante desde Dakar foi a mudança para formas mais coordenadas de ajuda de projetos para programas e apoio orçamentário direto, de forma a evidenciar a promoção do direito de propriedade do governo.

O Relatório realiza análises para identificar quanto tal apoio mudou, além de suas implicações para os resultados educacionais.

² *Development Assistance Committee.*

Uma maneira de canalizar o financiamento à educação que surgiu como resultado direto do movimento de EPT é a Iniciativa de Aceleração/Parceria Global para a Educação. O Relatório analisa quanto seu estabelecimento cumpriu os propósitos para os quais ela foi criada e as lições para dar prosseguimento a um organismo multilateral de financiamento desse tipo depois de 2015.

Serão examinadas, ainda, lições do setor de saúde para a educação, inclusive da implementação de inovações como parte de fundos globais para a saúde. Também se mostra que o escopo existente para algumas ideias do setor de saúde para diminuir os custos de remédios, por exemplo, pode ser aplicado para diminuir os custos de materiais educacionais, como os livros didáticos. Além disso, são avaliadas lições relacionadas a inovações de governança e entrega de serviços.

Como tendência, a ajuda tradicional tem sido complementada por fontes inovadoras de financiamento. O Relatório mostra o potencial desses mecanismos para a educação, tais como conversões de dívidas (*debt swaps*), receita arrecadada por meio de impostos sobre bens e serviços, e transações financeiras. Formas inovadoras de financiamento serão importantes para os países de renda média que não podem contar com ajuda internacional, mas lutam para levantar recursos domésticos para a educação. O Relatório também mostra o potencial de remessas utilizadas para apoiar a educação nesses países.

Contribuições privadas de empresas e fundações também atraíram interesse ao longo dos últimos anos. No entanto, existem dúvidas sobre quanto seu financiamento de fato beneficia os objetivos de EPT relativos a outras fontes de financiamento, e se isso está crescendo, uma vez que sua influência em acelerar inovação e compromissos no diálogo sobre políticas parece aumentar. O Relatório apresenta o escopo de intervenções, como fundos de risco ou títulos de diáspora, para explorar quão importante os doadores privados podem se tornar em um marco educacional global pós-2015.